



DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº , DE 19 DE MAIO DE 2021.

Divulga os atos operacionais para fins de programação dos incentivos federais na Programação Pactuada Integrada (PPI/MG).

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa;
- a Portaria de Consolidação nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;
- o Manual de Financiamento dos Incentivos Financeiros Permanentes de Custeio do SUS, 2014, emitido pelo Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas (DRAC) do Ministério da Saúde;

MINUTA CIB



- o fato de que em inúmeras situações o ato normativo que trata da transferência do recurso não explicita claramente sua composição, cabendo análise específica para a correta programação na PPI/MG;
- as discussões realizadas no âmbito do Grupo Gestor da PPI/MG; e
- a aprovação da CIB-SUS/MG em sua 274ª Reunião Ordinária, ocorrida em 19 de maio de 2021.

DELIBERA:

Art. 1º - Ficam aprovados os atos operacionais para fins de programação dos incentivos federais na Programação Pactuada Integrada (PPI/MG).

Parágrafo único - Tais atos operacionais detalham como se dará a programação dos incentivos permanentes de custeio que compõem o Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade na PPI/MG, conhecido como Teto MAC.

Art. 2º - Diante da publicação de portaria ministerial relativa a incorporação de recursos caracterizados como incentivos federais, a Diretoria de Programação Pactuada e Integrada (DPPI) irá operacionalizar a programação dos recursos no Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade do Estado, sendo possível a transparência via site da PPI/MG.

§ 1º - A programação será realizada após registro do ato normativo no Sistema de Controle de Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade (SISMAC), em consonância com o previsto no Plano de Ação Regional (PAR) da rede em questão, quando for o caso, respeitando o regramento da composição dos recursos federais.

§ 2º - Após a programação do recurso, cabe as áreas assistenciais acompanhar e validar as informações incluídas e publicizadas na PPI/MG.

§ 3º - No caso de identificação de programação equivocada, após notificação para a DPPI, as medidas serão adotadas para adequações.

§ 4º - Apesar da programação dos recursos na PPI ser por município, a DPPI mapeará os recursos de incentivos por prestador a fim de contribuir com a melhor gestão dos recursos.

Art. 3º - A composição dos recursos federais de que trata desta Deliberação está embasada em normativas ministeriais e/ou estaduais que definem os recursos e será detalhada, conforme segue:

I – Rede Cegonha: os incentivos encontram-se programados na Forma de Organização 90550



– Cegonha;

II – Rede de Urgência e Emergência: os incentivos encontram-se programados na Forma de Organização 90540 – Urgência e Emergência;

III - Rede de Atenção Psicossocial (RAPS): os incentivos encontram-se programados na Forma de Organização 90530 – RAPS - Rede de Atenção Psicossocial;

IV - Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST): o incentivo encontra-se programado na Forma de Organização 90509 - Saúde do Trabalhador;

V – Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência: os incentivos encontram-se programados na Forma de Organização 90570 - Reabilitação;

VI –Incentivos Hospitalares: o incentivo encontra-se programando na Forma de Organização: 90580 - Incentivos Hospitalares;

VII - Organizações de Procura de Órgãos e Tecidos (OPO): o incentivo encontra-se programado na Forma de Organização 90523 - Incentivo OPO - MG Transplantes, sendo o valo fixo anual de R\$ 240.000,00 por quantidade de OPO;

VIII – Linha de Cuidado ao Idoso das Casas de Saúde da FHEMIG: o incentivo encontra-se programado na Forma de Organização 90525 - Cuidado ao Idoso das Casas de Saúde da FHEMIG e refere-se ao previsto na Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.468, de 22 de março de 2017;

IX - Incentivo de Cardiopediatria (grupo A e grupo B): o incentivo encontra-se programado na Forma de Organização 090526 - Incentivo de cardiopediatria e refere-se ao previsto na Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.522, de 25 de julho de 2017;

X – Central de Regulação: o incentivo encontra-se programado na Forma de Organização 90528 – Regulação e refere-se ao previsto na Portaria nº 197, de 6 de fevereiro de 2019, que divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC); e

XI - Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI): o incentivo encontra-se programado na Forma de Organização 90529 - Saúde Indígena e os valores diferem por tipo de estabelecimento de saúde.

§ 1º - As definições contidas nesta Deliberação considera os atos normativos e sistematiza as definições realizadas em várias discussões do Grupo Gestor da PPI ao longo dos anos.

§ 2º - O incremento ligado à Saúde Bucal, atualmente previsto no subgrupo 916 e previsto na Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.849/2018, terá a programação adequada na PPI/MG em ato normativo específico.



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

§ 3º - A Diretoria de Programação Pactuada Integrada (DPPI) irá adequar, se for o caso, o banco de dados de programação ao previsto nesta Deliberação, cujos ajustes serão publicizados por meio de Nota Técnica Conjunta entre as subsecretarias envolvidas.

§ 4º - O detalhamento da composição dos recursos de que trata esta Deliberação será objeto de Nota Informativa a ser disponibilizada no sítio eletrônico da PPI/MG, no ícone “Documentos Técnicos”.

Art. 4º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 19 de maio de 2021.

**FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E
COORDENADOR DA CIB-SUS/MG**

MINUTA CIB